



## COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Processo Legislativo nº. 145148/2025

Projeto de Lei nº. 2753/2025

Relator: Nilso Vaz Torres – Partido PL

# PARECER Nº 42/2025

Da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei nº2753/2025, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que, *“Altera disposições da Lei Municipal nº 2.694, de 11 de abril de 2014, conforme especifica.”*

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei nº 2753/2025, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, que altera disposições da Lei Municipal nº 2.694, de 11 de abril de 2014, conforme especifica.

O Senhor Prefeito justifica:

“A proposta decorre da necessidade de harmonização da legislação local com a política nacional de rastreamento do câncer de mama, que passou a recomendar a realização da mamografia de rotina apenas para mulheres com idade entre 50 e 69 anos, com periodicidade bienal, afastando-se da prática anterior, prevista na norma municipal, de oferecer o exame de forma anual a partir dos 40 anos. Essa mudança baseia-se em





evidências científicas atualizadas, que demonstram que, na faixa etária de 40 a 49 anos, os riscos do rastreamento superam os potenciais benefícios, conforme informado pelo INCA e ratificado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Importa destacar que a alteração proposta não suprime direitos das mulheres fora da faixa etária de rastreamento, que permanecerão com acesso ao exame sempre que houver indicação médica ou sinais clínicos sugestivos, garantindo-se assim o cuidado necessário no âmbito do SUS.”

É o breve relatório.

## II – ANÁLISE

*Compete à Comissão de Saúde e Meio Ambiente a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:*

**“Art. 52º Compete:**

**VI – à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, matéria que diga respeito à saúde pública, à higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico, defesa ecológica dos recursos naturais, flora, fauna, solo e controle da poluição ambiental.**

Desta forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30. I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:





**Art. 30 – Compete aos municípios:**

***I – legislar sobre assuntos de interesse local;***

Além disso, verifica-se que a legislação trata sobre o poder e a competência de autoria do vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, §1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

**Art. 40 – O processo legislativo compreende a elaboração de:**

**§1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:**

**a) do Prefeito;**

A proposta relaciona-se à prestação de serviços de saúde pública no âmbito municipal, matéria cuja execução é de competência comum dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União (art. 23, II, da Constituição Federal), além de constituir competência concorrente para legislar (art. 24, XII, da CF). Observe:

**“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:**

**(...)**

***II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”***

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**





## ***XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;***

O Projeto de Lei busca adequar a legislação municipal às diretrizes nacionais de rastreamento do câncer de mama, garantindo coerência com as normas do SUS, do Ministério da Saúde e do INCA. A lei atual prevê o 'Dia Rosa', com mamografia anual no mês de aniversário das pacientes acima de 40 anos. A proposta altera o programa para atender mulheres de 50 a 69 anos, passando a realizar o exame de forma bienal.

O ofício informa que não há impacto orçamentário e que a medida está em conformidade com o PPA, LDO e LOA. Em consulta eletrônica ao Processo nº 3279/2014 (código verificador LMHO), verificam-se os seguintes documentos: integral do processo, posicionamento do INCA sobre a faixa etária de rastreamento, cópia da Lei Municipal nº 2.694/2014 e parecer da PGM.

No Processo Legislativo, constam ainda: o Estudo Legislativo nº 02/2025 da Procuradoria da Mulher, a Norma Técnica nº 626/2025 do Ministério da Saúde, reportagem oficial do MS, o Projeto de Lei nº 2753/2025 e o Ofício nº 4128/2025.

O Ministério da Saúde informou, em 23/09/2025, que mulheres de 40 a 49 anos têm garantido o acesso à mamografia no SUS mesmo sem sintomas, mediante solicitação do profissional de saúde. O projeto de lei não retira esse direito, que permanece assegurado pelas diretrizes nacionais e pela Nota Técnica nº 626/2025. Assim, o exame pode ser solicitado a qualquer momento, independentemente de campanhas como o Outubro Rosa.

Cumprе ressaltar que a presente proposição observou as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Por fim, verifica-se que a proposição em análise está em conformidade com os demais aspectos legais de competência desta Comissão, não havendo impedimentos para a regular tramitação do projeto.





### III – VOTO

Sob todos fatos e razões apresentadas acima, no que compete à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, consideramos de boa índole a pretensão apresentada pelo Senhor Prefeito, por se tratar de iniciativa de elevada relevância para o interesse público, no entanto **somos favoráveis ao prosseguimento do projeto.**



Câmara Municipal de Araucária, 18 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por:  
**NILSO JOSÉ VAZ TORRES**



815.712.759-91  
19/11/2025 13:37:12

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

---

**NILSO VAZ TORRES**  
**VEREADOR**  
*(Assinado digitalmente)*





**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 25 de novembro de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Fábio Almeida Pavoni e Fábio Rodrigo Pedroso, membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente votaram contrários ao Parecer nº 42/2025-CSMA, referente ao Projeto de Lei nº 2753/2025.

Araucária, 25 de novembro de 2025.



**FABIO ALMEIDA PAVONI**

26/11/2025 10:01:23

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**FABIO RODRIGO PEDROSO**

25/11/2025 15:44:37

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

